

Caminhos da radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo¹

Ana Luisa Zaniboni GOMES²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O artigo sintetiza estudo realizado com seis rádios comunitárias na cidade de São Paulo com o propósito de compreender como suas equipes estão tratando de questões como sustentabilidade financeira, gestão e organização da programação. As emissoras são: Águia Dourada (Jardim Ângela); Cantareira (Brasilândia); Everest (Vila Prudente); Heliópolis (Sacomã), Nova Paraisópolis (Vila Andrade) e Star Sul (Vila Santa Catarina). Referimo-nos às sérias dificuldades financeiras que enfrentam, cotidianamente, para manter a rádio no ar, e à falta de perspectivas de sobrevivência, o que vem obrigando as emissoras a criar um jeito próprio de marcar presença no cenário da radiodifusão e a forjar uma nova identidade, ainda em construção. Sobre o papel educativo, trata-se de reflexão que carece de amadurecimento tanto na programação quanto junto à direção das emissoras.

Palavras - chave: rádio comunitária; rádio educativo; comunicação popular; perfil das rádios comunitárias em São Paulo; programação radiofônica.

Contexto

Este artigo apresenta os principais resultados da pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA - USP), cujo propósito foi revisitar a linha do tempo através da qual se institucionalizou o serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo tendo como foco uma amostra de seis emissoras que, entre os anos de 2010 e 2011, obtiveram suas autorizações de funcionamento expedidas pelo Ministério das Comunicações e ratificadas pelo Congresso Nacional. São elas: Rádio Águia Dourada FM, do Jardim Ângela, zonal sul; Rádio Cantareira FM, na Brasilândia, zona norte; Rádio Everest FM, na Vila Prudente, zona leste; Rádio Heliópolis

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista profissional, Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Diretora da OBORÉ Projetos Especiais. Email: analuisagomes@obore.com

FM, em Sacomã, zona sul; Nova Paraisópolis FM, na Vila Andrade, zona sul, e Rádio Star Sul FM, na Vila Santa Catarina, também zona sul. Neste percurso, nosso empenho foi tentar responder de que forma os responsáveis pela condução dessas rádios estariam respondendo ao desafio concreto de organizar a programação da emissora do bairro e de mantê-la no ar, conferindo-lhe identidade própria. (GOMES, 2014).

Ao se deixarem acompanhar em algumas de suas atividades cotidianas, tivemos a oportunidade de compreender um pouco mais a trajetória dessas pequenas emissoras e de conhecer suas lutas por sobrevivência frente aos muitos desafios - atuais e os que ainda estão por vir - em um contexto socioeconômico, político e tecnológico que, de forma silenciosa e insidiosa, se modifica muito rapidamente. Até quando essas rádios sobreviverão? Entende Alfredo Bosi que “no coração de cada homem do povo convivem uma resignação fundamental e uma esperança sempre renascente.” (BOSI, 2010, p.326).

No Brasil, a gênese das emissoras de pequeno alcance remonta à década de 1970, com o fenômeno das rádios livres e experiências populares de comunicação - como os serviços de alto-falantes, o rádio-poste ou a rádio corneta. Gisela Ortriwano (1985) registra que as rádios livres eram vistas inicialmente como uma atividade juvenil em busca de um meio próprio de expressão, dados os baixos custos e as facilidades tecnológicas para a montagem dos equipamentos e transmissores de FM. Destaca Cícília Peruzzo (1998) que a utilização de sistemas de alto-falantes em postes respondia a algumas necessidades importantes dos movimentos populares da época, como transmitir programas e ter meios mais eficientes de mobilização. Vale lembrar que o movimento das rádios livres protagonizou lutas importantes por alterações no então Código Brasileiro de Telecomunicações - o que abriu possibilidade para que as emissoras alternativas, de pequeno alcance e que não buscavam publicidade comercial, passassem a utilizar esse novo tipo de exploração do rádio.

Oficialmente, a radiodifusão comunitária passou a existir como um serviço público regular no país a partir da Lei 9.612, assinada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e por seu Ministro das Comunicações, Sergio Motta, em 19 de fevereiro de 1998³. Dez anos, portanto, de promulgada a Constituição Cidadã que assegurou ao povo

³ O Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil foi regulamentado pelo Decreto 2.615/98 e suas atividades definidas pela Norma Complementar 002/98 e Portaria 83 de 19/07/99. Em fevereiro de 2002, a Lei foi alterada para aumentar o prazo de outorga para dez anos e autorizar renovações por igual período. A Lei ganha novos contornos com a Norma Complementar 001/2004 e Portaria 448, de outubro/2005. Legislação completa disponível no site do Ministério das Comunicações: < <http://www.mc.gov.br/rc/lei/>>.

brasileiro, no bojo da redemocratização do país, seu direito à livre manifestação de ideias e opiniões, sem qualquer restrição, e reconheceu a importância da participação da sociedade civil na formulação, execução, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

Em linhas gerais, a legislação em vigor define a rádio comunitária como um serviço de radiodifusão sonoro que atua em frequência modulada, baixa potência e alcance restrito. Sua área de cobertura é limitada ao raio de, no máximo, mil metros contados a partir da antena instalada. O equipamento de transmissão, obrigatoriamente certificado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), opera com potência máxima de saída de 25 watts. Trata-se de uma estação de rádio que tem como objetivo proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.

Pela lei, a programação diária de uma emissora comunitária deve estimular tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais, dando oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre um mesmo assunto. O texto oficial também define que a execução desse tipo de serviço está restrita às fundações e associações sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade. Seus dirigentes devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, ali residentes e domiciliados.

A entidade candidata-se a uma autorização para operar uma rádio comunitária através de encaminhamento de formulário de demonstração de interesse ao Ministério das Comunicações, em Brasília. Se houver canal disponível para a localidade, o Aviso de Habilitação é publicado no Diário Oficial da União e a solicitante deve entregar todos os documentos dentro do prazo estabelecido. A autorização é concedida por dez anos, podendo ser renovada por igual período. Cada entidade pode receber apenas uma autorização e está proibida de transferi-la a terceiros.

O Ministério das Comunicações e a Anatel advertem que uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo com partidos políticos ou instituições religiosas. Ressaltam também que a instalação e o funcionamento de uma estação de rádio, sem a devida autorização, é crime federal, punido com prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos. Tal penalidade é aplicada não somente ao proprietário da estação clandestina, mas a todos que, direta ou indiretamente, estejam a ela ligados - instaladores, vendedores, fabricantes de equipamentos ou mesmo anunciantes.

Dado importante a considerar é que desde que a lei da radiodifusão comunitária entrou em vigor no país, em 1998, a cidade de São Paulo e outros dez municípios vizinhos (Arujá, Itapevi, Itapeçerica da Serra, Osasco, Santo André, São Bernardo, São Caetano, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista) só foram contemplados com Aviso de Habilitação em dezembro de 2006, mesmo depois de a Anatel ter designado, em 2004, o canal 198 para esse serviço na capital. Antes disso, nenhuma dessas rádios funcionava em caráter legal.

A primeira rádio legalizada na cidade de São Paulo foi a da comunidade de Heliópolis, em agosto de 2007, para fins educacionais e em caráter experimental. (GOMES, 2007a; 2007b). Em dezembro de 2008, nova portaria ministerial autorizava o funcionamento de mais trinta e três pequenas emissoras. Em julho de 2010, um ano e meio após o anúncio oficial, vinte e duas dessas rádios⁴ já estavam autorizadas a operar. Entretanto, onze emissoras ainda esperavam liberação de seus processos pelo Congresso Nacional⁵. (GOMES, 2010). Os avais foram ocorrendo ao longo do segundo semestre de 2010 e durante todo o ano de 2011.

⁴ Informações monitoradas e sistematizadas pela OBORÉ/Dossiê Radiodifusão Comunitária, disponível em << http://www.obore.com.br/cms-conteudo/104_radiocomunitaria.asp>> a partir da base de dados do Serviço de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, em 6 de julho de 2010: Associação Cultural Comunitária Everest (Jardim Ângela, zona leste); Associação Cultural Comunitária Ternura de Perus (Jardim Adelfiore, zona oeste); Associação Cantareira (Vila Isabel, zona norte); Associação Cidadã (Vila Polopoli, zona oeste); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Tucuruvi (Vila Mazzei, zona norte); Associação Cultural Amigos do Brooklin (Cidade Monções, zona sul); Associação Cultural Comunitária Asa Dourada (Jardim Marquesa, zona sul); Associação Cultural Comunitária da Paz (Jardim Moraes Prado, zona sul); Associação Cultural Comunitária do Imirim (Santa Terezinha, zona norte); Associação Cultural Comunitária Inteira Ação (Chácara Belenzinho, zona leste); Associação Cultural Comunitária LBR (Cidade D’Abril, zona oeste); Associação Cultural Comunitária Libertação (Parque Savoi City, zona leste); Associação Cultural Comunitária Zona Sul (Parque São José, zona sul); Associação Cultural Rádio Comunitária Tiradentes FM (Chácara Santa Etelvina, zona leste); Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina (Vila Alpina, zona leste); Associação e Movimento Comunitário Beneficente Educativa Cultural Saúde FM (Vila Água Funda, zona sul); Associação Mensagem de Esperança (Bom Retiro, centro); Sociedade Cultural Cívica Brasileira (Limão, zona norte); Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel (Vila Princesa Isabel, zona leste); Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Studio 100 FM (Pirituba, zona oeste); União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis (Vila Susana, zona sul) e Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila (Vila Guilhermina, zona leste).

⁵ Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio (Vila Monumento, Zona Sul); Associação Casa da Cidade (Sumarezinho, Zona Oeste); Associação Cultural Comunitária Milênio (Itaim Paulista, Zona Leste); Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros (Chácara São Silvestre, Zona Sul); Associação Cultural Comunitária Star Sul (Vila Santa Catarina, Zona Sul); Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira (Vila dos Andradas, Zona Sul); Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida (Jardim Pérola II, Zona Leste); Associação Videomaker do Brasil (Vila Regina, Zona Oeste); Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão (Jardim Belém, Zona Leste); Organização dos Moradores de Pirituba (Vila Pirituba, Zona Oeste) e União Social do Jardim Santana e Adjacências (Vila Rosaria, Zona Leste).

Do quadro atual da radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo constam, deste então, trinta e quatro emissoras legalizadas. É neste cenário que transitamos. (Figura 1)

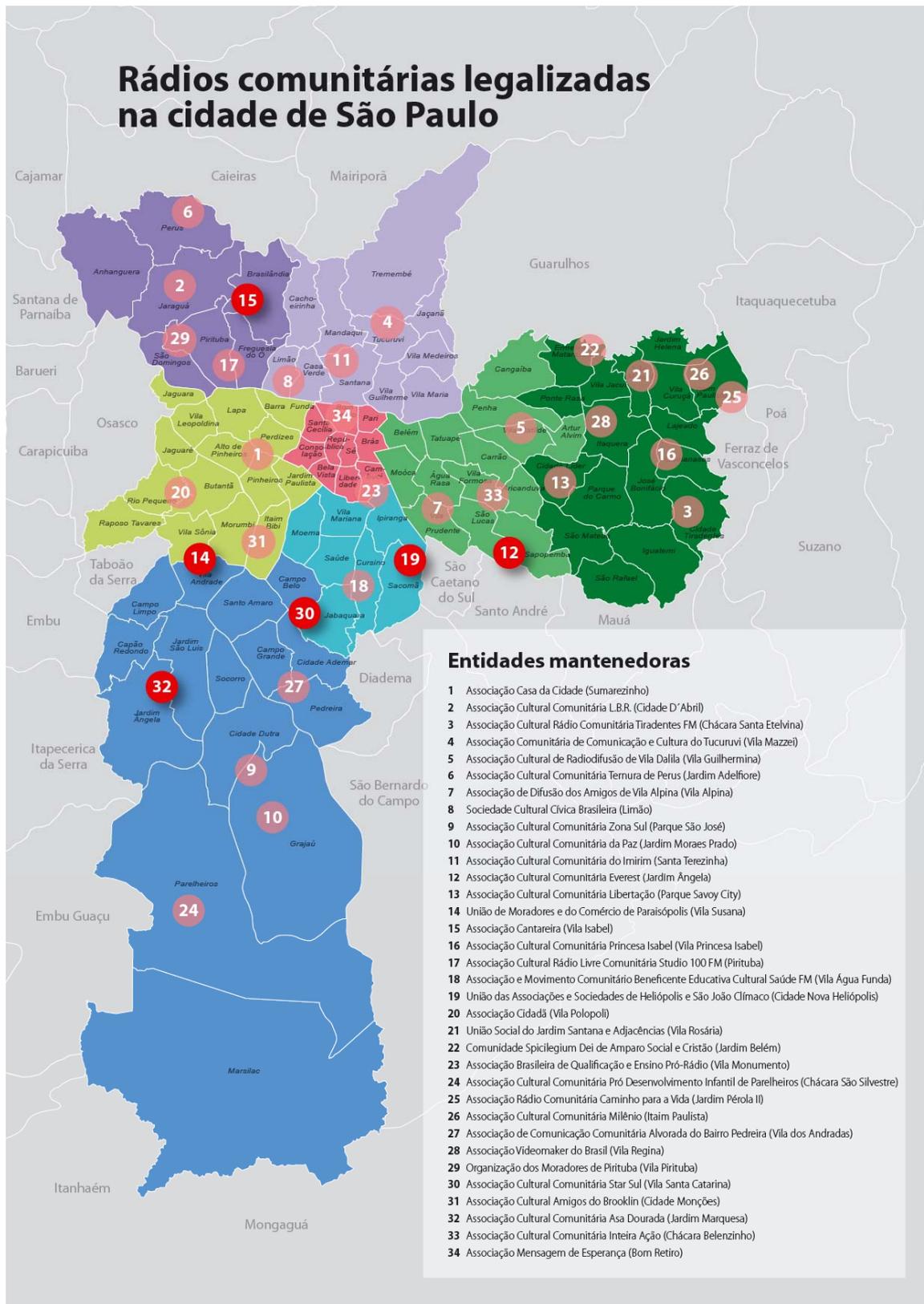


Figura 1: Localização geográfica das rádios comunitárias com autorização para operar no município de São Paulo. Fonte: Ministério das Comunicações, Prefeitura Municipal de São Paulo e OBORÉ.

Sobre a pesquisa e sua metodologia

Para subsidiar a investigação aqui já referida, três técnicas de coletas de dados foram utilizadas: pesquisa documental, visitas *in loco* e entrevistas em profundidade. A pesquisa documental compreendeu levantamento histórico das associações mantenedoras, informações sobre a criação das rádios e dados sobre os bairros onde estão instaladas - o que de imediato estabeleceu a relação de importância mútua entre veículo e comunidade local, delimitando e qualificando seus laços e, ao mesmo tempo, apresentando sua face local ao mundo global. As visitas possibilitaram registros fotográficos das instalações das emissoras e do entorno, o acompanhamento de pelo menos uma de suas equipes durante a programação, o que nos deu a ideia do funcionamento do dia a dia das rádios. As entrevistas em profundidade com os coordenadores das emissoras possibilitaram localizar os procedimentos adotados para definir e organizar a programação, identificar como se relacionam com o ouvinte e verificar como estão resolvendo a questão da sustentabilidade financeira.

Baseado na percepção de que a grande maioria das emissoras de baixa potência em operação na cidade de São Paulo havia perdido o fôlego que as animava em função das restrições formais que comprometiam sua sobrevivência, especialmente em função das regras do apoio e patrocínio impostas pelas leis e normas que regulam a execução do serviço de radiodifusão comunitária no país, analisamos os relatos dos radialistas entrevistados e as grades de programação aferidas. Detivemo-nos, especialmente, em três aspectos: (1) como os conteúdos são definidos, organizados e por que se optou por esta programação; (2) tipo de interlocução que a emissora mantém com os seus ouvintes e forma com que isso é avaliado, na prática, e (3) como a emissora expressa o seu compromisso com os rumos da comunidade.

Resultados principais

Em termos gerais, constatamos que as rádios comunitárias que operam na cidade de São Paulo e aqui pesquisadas transitam em universos absolutamente particulares e únicos, com gênese, trajetória, vínculos políticos históricos com a cidade e o bairro e, acima de tudo, forjaram-se a partir de condições e oportunidades diferentes e particulares, o que por si só já é um forte elemento distintivo de suas naturezas. Disso decorre que ficam

enfraquecidas e frágeis as tentativas de classificação corporativas ou acadêmicas acerca dessas emissoras pois, ao contrário de revelar como operam no cotidiano, cobrem de certezas universos ainda em construção.

Tal assertiva não implica, evidentemente, na impossibilidade de detectar e categorizar experiências comuns – o que, aliás, acabou gerando grande parte das análises e reflexões deste estudo. O que encontramos foram rádios lutando contra inúmeras dificuldades e também contra deficiências típicas de movimentos populares para sobreviver financeira, técnica e politicamente. Todas querem se desenvolver e se firmar como referência cultural e política para a população local, ultrapassando a barreira do isolamento social.

Entendemos que para definir e construir as suas grades de programação, as rádios comunitárias pesquisadas recorreram a experiências já testadas pelo mercado radiofônico comercial. Em geral, o apelo popular tem lugar certo e garantido. O acervo musical utilizado é tão variado quanto as próprias emissoras: sertanejo contemporâneo, romântico, samba, sertanejo raiz, forró, forró universitário, “coisas do momento”. Uma delas dedica-se, sobretudo, a músicas dos anos 50 e 60, especialmente a canção brasileira, mas sem deixar de lado o sertanejo, o samba e a música devocional. Há casos em que a sobrevivência implicou em locação de horário na programação. A maioria das emissoras é coordenada por três dirigentes, que se dividem nas atividades diárias de gestão. Neste caso, recebem e avaliam as demandas de programação, propostas de programas e prospecção dos apoios culturais.

Quando indagados sobre o tipo de ouvinte que querem conquistar ou manter, a maioria dos coordenadores das rádios nos descreveu um modelo de audiência exemplar: querem ter ouvintes que interagem com a programação, que estejam envolvidos com as lutas por melhoria e justiça social e que potencializem o debate sobre a comunicação popular alternativa. Os ouvintes bons são os que participam e divulgam os trabalhos da rádio na região. Mas todos são considerados importantes no processo de articulação e desenvolvimento de uma sociedade com igualdade de direitos e oportunidades. Há rádios que não tem preferência de ouvintes, pois quanto mais pessoas estiverem sintonizadas, melhor. Aliás, em geral os ouvintes falam, participam da programação, oferecem músicas para os amigos, familiares e pessoas da comunidade. Em algumas emissoras, os ouvintes têm um canal de participação e interação constantes. Em outras, eles participam da programação passando informações e fazendo críticas para a melhoria da grade.

Também foi possível apreender, neste trajeto variado, que a elaboração de métodos de aferição de audiência para as rádios comunitárias são demandas importantes pois, na medida em que o uso de tais recursos podem ser passaportes que as habilitariam a viver no território formal da comunicação, também ajudariam a viabilizar a sua sobrevivência. Isso nos permitiu uma síntese, ao menos aproximativa, dos diversos jeitos e formas de medição. Para uma das rádios, o retorno de quem e quantos são os ouvintes vem da experiência de andar pela comunidade; para outra, o que conta mesmo são as ligações de ouvintes e os acessos na web por minuto. Em duas delas, a questão da audiência está em pleno processo de discussão. Em outra ainda há um caderno com nomes de ouvintes que fazem contato com a rádio com certa regularidade. Entretanto, todos são unânimes em reconhecer: falta-lhes um método. Nesse sentido, entendemos que esses possíveis novos recursos de medição de audiência podem ajudar a viabilizar a sobrevivência não apenas das rádios comunitárias, mas dos veículos produzidos sob a égide da comunicação comunitária, ao menos no que tange à venda dos apoios culturais via agências de publicidade.

Vimos também que a entrada das rádios no mundo da internet ocorreu em tempos distintos e de diferentes formas. Em um dos casos, além de garantir a preservação da marca local, suscitaria outras questões, como proteger a imagem do grupo, legitimar um discurso “para o outro” e enfrentar as dificuldades técnicas. Em outro caso, a internet significou também a possibilidade de se libertar das amarras impostas na lei da radiodifusão comunitária e atuar, legitimamente, em mais uma brecha do sistema para garantir a sobrevivência. Em outros dois casos, a tecnologia renovou a programação e a audiência e exigiu dos programadores e radialistas novas habilidades técnicas na web. Tal situação apontou, novamente, para questões de sobrevivência desses pequenos meios se considerarmos a digitalização do FM como o mais novo desafio a ser enfrentado, a médio prazo, inclusive em termos de concorrência com as emissoras comerciais locais e regionais.

Quanto aos laços estabelecidos com a comunidade, nosso objetivo não foi classificar ou julgar a legitimidade das rádios, e sim revelar como estão operando no mundo real. Neste caso, a compreensão de como a emissora expressa o seu compromisso com os rumos da comunidade referiu-se, sobretudo, ao tipo de cobertura que faz da vida do bairro. Pudemos perceber que todas as emissoras, sem exceção, e cada uma do seu jeito, falam do bairro e refletem o cotidiano local em suas programações. Da mesma forma, todas fazem a sua auto-crítica de que precisam melhorar a qualidade desse acompanhamento, mas entendem que cumprem o papel que lhes coube ocupar na programação da emissora.

Quanto à sua auto-sustentação, vimos que as emissoras comunitárias estudadas continuaram marginalizadas e estigmatizadas enquanto veículos de comunicação, mesmo após tornarem-se legalizadas. Proibidas de veicular publicidade comercial, apenas estão autorizadas a receber apoio cultural de entidades localizadas na área de cobertura de suas antenas. Nesse sentido, a reclamação é geral: a regra do apoio cultural não se encaixa na realidade da emissora. Nos parece fundamental aqui ressaltar que para cumprir a lei, a rádio comunitária só está autorizada a veicular uma mensagem institucional em que não podem ser citados bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços que, por si só, promovam a pessoa jurídica patrocinadora. As únicas informações que podem ser veiculadas são o nome, o endereço físico e eletrônico e o telefone.

Aliás, as emissoras também se ressentem de não serem incluídas nas campanhas publicitárias oficiais dos governos, em âmbito federal, estadual e municipal - compromisso assumido por vários dirigentes de diversas gestões e que ainda não se realizou. As agências de publicidade, especialmente as que administram as verbas das campanhas sociais dos governos, ainda tratam as chamadas “mídias alternativas” com certa restrição - e nisso incluem-se as rádios comunitárias. Por não disporem de um método de aferição de resultados ou comprovação de audiência compatível às características desses meios, evidentemente diferente dos demais, em especial dos de grande porte, são consideradas cota de responsabilidade social e seu custo de veiculação adquire caráter simbólico.

Um outro aspecto está ligado ao hábito da informalidade. Percebemos que, mesmo legalmente registradas como pessoa jurídica, as associações mantenedoras das rádios cultivam hábitos típicos da economia informal: na grande maioria das vezes, o funcionamento de uma emissora está ancorado em equipes atuando em regime de voluntariado ou escambo, ou seja, troca de serviços, favores ou até mesmo prestígio. No território do bairro, a emissora assume o papel de instância de solidariedade que dá suporte à população local na sua lida cotidiana. Funciona como força auxiliar ou interlocutora das lideranças políticas e é entendida pelos moradores como porta-voz – ou despachante de suas necessidades. Poucas estão habilitadas a emitir recibos de pagamento ou outro comprovante de valor fiscal por alguma prestação de serviço, o que dificulta enormemente a contratação de qualquer tipo de anúncio ou apoio fruto de campanha conduzida por agências de publicidade, por exemplo.

Outra questão importante e limitadora é que, pelo fato de não terem desenvolvido um método de aferição de resultados ou comprovação de audiência compatível às

características especiais desses meios, diferentes dos demais, especialmente dos de grande porte, ainda restam muitas discussões a respeito de como atacar esse ponto nevrálgico que compromete, no curto prazo, a existência das emissoras de baixa potência. Notamos que cada emissora tem encontrado a sua própria solução de sobrevivência e está tentando forjar uma nova identidade, ainda em construção.

Espaços educadores

Na pesquisa, tivemos especial interesse em focar episódios em que o encontro entre Comunicação e Educação pudesse gerar novas formas de ver e entender o mundo, ressignificando a *práxis* cotidiana e tudo o que gera sentido a ela. Estariam essas rádios também se compreendendo como espaços educadores? Nelas, havia lugar para a Educação⁶?

À indagação sobre o quanto de educativa é a programação da rádio, as reações dos entrevistados foram bem diversas: o conceito foi compreendido como transmissão de conhecimento, prática de atividades com jovens em estúdio, mas também espaço de formação cultural e política – tanto para a audiência quanto para as próprias equipes. Nesse sentido, podemos concluir que, a respeito de como estão se consolidando também enquanto espaço educativo, ainda há muito espaço a ser preenchido no que se refere à programação, e mais que isso, ao entendimento do papel social do rádio e do radialista na formação do imaginário social, cultural e político da comunidade.

Sabemos que, especialmente em territórios com várias interfaces, como o da Comunicação, a troca de saberes e experiências é um processo social, cultural, político, econômico e, atualmente, sobretudo, técnico. Um exemplo dessa reflexão é a discussão que faz Adilson Citelli (2006) sobre as relações entre Comunicação e Educação emanadas do discurso verbal – essência, matéria prima da mídia rádio, nosso objeto de estudo. O autor considera que a linguagem verbal – a palavra em interação de mão dupla com a cultura – compõe códigos complexos que ajudam a promover um novo *sensorium* e ainda tem papel

⁶ Referimo-nos aqui à educação informal, termo atribuído à educação desenvolvida fora dos estabelecimentos de ensino ou que ocorre sem planejamento curricular, em espaços da vida cotidiana, como em atividades culturais, na família ou em grupos de interesses comuns. Segundo Maria da Glória Gohn (2006), vão desde as contidas num panfleto de rua, numa notícia de televisão, numa manchete de jornal, num cartaz de propaganda num ônibus, até informações orais não estruturadas. A autora refere-se a outros dois tipos de educação – a educação não formal, constituída por todos os processos educativos não curriculares, mas estruturados, tais como cursos, conferências etc, e a formal, estruturada nos currículos escolares. “Fundamentalmente aprendemos nesses três tipos de educação, mas, cada vez mais, a educação não-formal e a informal têm uma grande importância neste processo.” (GOHN, 2006).

fundamental, mesmo em uma sociedade que parece toda ela ancorada na imagem. Para o pesquisador, a linguagem verbal continua desempenhando papel determinante nas relações intersubjetivas, na constituição das sociabilidades, nas manifestações emotivas, nas experiências cognitivas e nos processos que irão resultar na própria construção de muitos produtos visuais que nos cercam, seja televisão, rádio, jornal, internet, híbridos ou multiplataformas.

Neste contexto, defendemos, como Citelli (2010), o rádio como um espaço pertinente para alguns diálogos possíveis entre Comunicação e Educação, o que resgata, inclusive, a vocação que marca o início das suas transmissões no Brasil. Também reconhecemos o potencial educativo dos veículos de comunicação, especialmente os de expressão popular e comunitário, tal como analisa Peruzzo (2002). E entendemos, como na reflexão de Baccega (2011), que os meios de comunicação em geral, assim como a escola e a família, comportam-se como agências de socialização, ou seja, de formação e construção da cidadania. Daí este estudo, onde as rádios comunitárias são reconhecidas e tratadas como espaços potencialmente educativos que dialogam com suas comunidades a partir de valores que se expressam, sobretudo, em suas programações.

Conclusão

A existência de uma rádio comunitária nos dias atuais é cercada de questões críticas como sustentabilidade financeira, produção de conteúdos, organização da programação, vínculos estabelecidos com a comunidade, capital humano e, principalmente, dificuldades de legalização (GOMES, 2007a, p. 79).

Nas grandes cidades, muitas dessas emissoras estão instaladas em áreas periféricas, com grandes extensões territoriais e enorme população de baixa renda. Na maioria das vezes, nesses locais, os movimentos sociais estão presentes há décadas e contabilizam conquistas importantes em áreas como segurança, saneamento, transporte, moradia, saúde e educação. Entretanto, fatores como crescimento populacional, gradativo deslocamento humano para áreas ainda mais periféricas, acesso restrito às informações sobre os direitos sociais fizeram ressaltar a lentidão do poder público em responder às demandas básicas dessa camada da população. Essas brechas foram sendo ocupadas por grupos religiosos diversos, com cultos, reuniões e eventos que acabaram por reorganizar os interesses e os hábitos de vida da população, especialmente das periferias, no entorno desses templos.

Muitas rádios comunitárias legalizadas na cidade de São Paulo, por exemplo, são ligadas às igrejas evangélicas de origem pentecostal – Assembléia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus – grupos que adquiriram forte influência política e um grande esquema de comunicação voltado especialmente à população mais vulnerável economicamente, inclusive com representação em câmaras de vereadores e de deputados, nas esferas de poder estadual e federal.

Outro aspecto da questão da radiodifusão comunitária, e que nos parece fundamental aqui ressaltar, é que, apesar do cotidiano desmobilizador – expressão tão bem utilizada pelos pesquisadores Adilson Vaz Cabral e Eula Cabral (2010, p. 254) em análise acurada dos efeitos da digitalização do *dial* no subsistema comunitário, que “tende a determinar a extinção das emissoras comunitárias e de muitas pequenas e médias rádios comerciais” – as rádios seguem em busca de sobrevivência.

A convocação da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em Brasília, de 14 a 17 de dezembro de 2009, foi reconhecida politicamente pelos movimentos da sociedade civil ligados à luta pela democratização e pelo acesso aos meios de comunicação como o primeiro gesto afirmativo da disposição do governo federal em discutir a elaboração de uma política pública para o setor das Comunicações que atendesse às demandas da sociedade brasileira.

O evento foi permeado de disputas e negociações exigidas pelos grandes conglomerados de comunicação com vistas, sobretudo, a inibir a definição de um marco regulatório nacional. Reuniu 1.684 delegados na capital federal, dos quais 40% representando a sociedade civil organizada, 40% o setor empresarial e 20% o setor público.

A exemplo das demais conferências convocadas pelo poder executivo federal nas áreas sociais, a Confecom foi precedida por conferências municipais e estaduais. Das 663 propostas então aprovadas e registradas no *Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação*⁷, cerca de vinte delas são relativas às rádios comunitárias e referem-se, respectivamente, a políticas de incentivo e a questões técnicas.

Dentre as proposições notadamente ligadas às políticas de incentivo estão a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Radiodifusão Comunitária, dos Conselhos de Comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais, políticas para criação de núcleos

⁷ Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Publicação do Ministério das Comunicações disponível em http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/confecom/confecom-14_10_2010.pdf

comunitários de comunicação visando fornecer os aparatos técnicos e instrumentais para que a sociedade construa, socialize e discuta suas próprias pautas e produções, além de inventivos à formação de rede locais e regionais de comunicação como forma de difundir o conteúdo produzido nas regiões.

No que tange às questões técnicas, as principais propostas são mudanças na legislação para permitir aumento no número de canais para no mínimo três (na faixa de 88 a 108 MHz), aumento de potência das comunitárias levando em consideração características da comunidade, condições técnicas do local e especificidades como topografia e densidade populacional e abertura de aviso de habilitação nacional permanente, com prioridade para as regiões não atendidas pelo serviço e agilização dos procedimentos de outorgas. Incluem-se nesta lista propostas para que haja destinação de publicidade pública às emissoras comunitárias, permissão de veiculação de publicidade institucional e de utilidade pública e fim da cobrança de direitos autorais sobre músicas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

De fato, até agora muito pouco saiu do papel e não há quase nada para comemorar. Recentemente, em dezembro de 2013, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os direitos autorais provenientes da reprodução pública de obras artísticas são devidos, independentemente da obtenção de lucro por quem a executa. Ou seja, rádio comunitária deve pagar por direitos autorais. A decisão tem origem em um recurso impetrado pelo Ecad contra uma rádio comunitária, que não pode mais executar obras musicais sem autorização e pagamento dos direitos autorais. Com a decisão do STJ, o Ecad também deve ser ressarcido dos valores que deixaram de ser recolhidos.

Como se vê, a questão da sustentabilidade é central e assume um novo rosto a cada momento. Diversas questões igualmente importantes - e sérias – ainda permanecem sem respostas, dentre elas a perspectiva futura dessas pequenas e corajosas emissoras. Se hoje elas exprimem resistências e lutas que recolocam no seu lugar as identidades solapadas e as cidadanias mutiladas pelos grandes meios, quais caminhos mais conseguirão percorrer para continuar ocupando o espaço a que têm direito no dial? As lamentações, por parte das rádios, que continuam lutando por um lugar ao sol, não param. Há, contudo, que buscar formas de enfrentar as muitas tempestades que ainda estão por vir. E, assim, tentar alargar o futuro, tensionados pela importância do pleno acesso do povo a meios próprios de comunicação, sem os quais ninguém será, de fato, livre, autônomo e, sobretudo, cidadão por inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, M. A.. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In CITELLI, A. e COSTA, M.C.C. (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em << http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/confecom/confecom-14_10_2010.pdf >>. Acesso em: 31 jan. 2012, às 00h05.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Serviço de Radiodifusão Comunitária: Legislação**. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/rc/lei/>>. Acesso em: 20 dez. 2013, às 14h44.

CITELLI, A. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Comunicação e educação: convergências educacionais. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol.7, n. 19, 2010. - p. 67–85. Disponível em: << <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/286>>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

CABRAL, A.V. e CABRAL, E.D.T. A digitalização como repressão tecnológica: o impasse das rádios comunitárias. In: MAGNONI, D. e CARVALHO, J. M. (orgs.). **O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

DOSSIÊ Radiodifusão comunitária. **OBORÉ**. Disponível em << http://www.obore.com.br/cms-conteudo/104_radiocomunitaria.asp >> Acesso em: 18 dez. 2013, às 23h22.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas na Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

GOMES, A. L. Z. **Quem fala com o povo: caminhos da radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Escutar e ouvir. In **Revista Cultura e Pensamento**. Brasília, Ministério da Cultura, nº 01, pp. 76-81, maio/junho 2007a.

_____. **Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas**. São Paulo: Hucitec/OBORE, 2007b.

_____. **Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias**. Trabalho apresentado no X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação - GP Rádio e Mídia Sonora, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em setembro de 2010, em Caxias do Sul, RS. Disponível em <<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0201-1.pdf>>>.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, C.M.K.. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano – PCLA**. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, vl. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em <<<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>>. Acesso em: 06 jan. 2014, às 20h50.